



TJBA

em Ação

Primeira turma de
gerenciamento de projetos
já em formação



Liga da Justiça

Gestores preparam novo modelo de trabalho

DIÁLOGO

Presidência em Movimento vai
onde o servidor está para conhecer
a realidade das varas

Pág. 8

COMUNICAÇÃO

Emissões de áudio via
internet fortalecem contato com
jurisdicionados nas comarcas

Pág. 16

CIDADANIA

Justiça Restaurativa ganha
força em novas parcerias com
instituições sociais

Pág. 20



SIGA NOSSAS REDES SOCIAIS!



facebook.com/TribunalJusticaBA



instagram.com/tjbaoficial



twitter.com/tjbahia



youtube.com/tribunaljusticaba



flickr.com/tjbahia



soundcloud.com/tjbahia

Sumário

Pleno Convívio	4
Ping - Desa. Aracy Lima Borges	6
Ping - Desa. Soraya Moradillo	7
Princípio de Impermanência	8
Prova de Cálculo	10
Livre Expressão	12
A Arte de Economizar	14
É Legal esse Cast!	16
18 Mil Curtidas	17
Pôster	18
Direito à Paz	20
Por Dentro do Judiciário	22
Breves	24
Use Bem seu Poder	27
Vibração Positiva	28
Planejar é preciso	32
Página Aberta	34
TJ Social	36
Click	40

Com a palavra...



É com satisfação que entregamos o segundo número da nossa Revista Eletrônica TJBA EM AÇÃO. É o tribunal se comunicando com seus membros, com os jurisdicionados e com a sociedade em geral.

O trabalho segue incessante. Já temos metas definidas e equipes organizadas operando em busca da excelência na prestação jurisdicional. O foco principal continua no primeiro grau, sobretudo nas comarcas do interior, porém a Administração necessita manter o olhar macro e, por isso mesmo, o Tribunal é visto como um todo e assim considerado no momento em que são definidas as ações.

Aproveitamos para agradecer a cada um dos Magistrados e Servidores que, com espírito de colaboração e pertencimento, muitas vezes tiveram que rever e alterar rotinas já sedimentadas, mas atualmente inapropriadas ante a realidade que nos impõe por um lado a necessidade de conter os custos e, por outro, a obrigação de manter ou elevar os resultados.

Nesse contexto, já percebemos a redução do acervo de processos e o atendimento mais célere ao cidadão que procura a Justiça. É a atividade-fim sendo valorizada em uma 'cultura de trabalho' que esperamos se mantenha como marca de gestão, independentemente de quem seja o gestor.

A comunicação vem sendo aprimorada, ante a necessidade de que todos possam conhecer aquilo que se realiza no TJBA. Deste conhecimento certamente advirão contribuições na forma de críticas, elogios e sugestões. Esse olhar externo nos dará a medida dos acertos e permitirá eventuais correções de rumo.

É, pois, com o espírito de compartilhar informações e experiências que entregamos mais esta edição da Revista Eletrônica TJBA EM AÇÃO. Nosso Conselho Editorial já se debruça sobre novas pautas, preocupado em garantir a você a informação completa, verdadeira e atual. Participe, entre em contato, você é parte disso. Boa leitura.

Desa. Maria do Socorro Barreto Santiago
Presidente



TRIBUNAL
DE JUSTIÇA
DO ESTADO
DA BAHIA

Conselho Editorial: Carlos Machado, Cícero Moura, Flávio Novaes, Igor Caires e Joana Pinheiro

Revista Eletrônica TJBA EM AÇÃO, Nº 2, Ano 1, Junho de 2016

Assessor de Comunicação: Flávio Novaes (DRT-1724 - Coordenação editorial) | **Redação (edição e textos):** Ari Donato (DRT-712/BA), Danile Rebouças (DRT-2417) e Paulo Leandro (DRT-1214/BA) | **Projeto Gráfico:** Adriano Biset Queiroz

Repórter Fotográfico: Nei Pinto | **Colunista:** Adriana Barreto | **Estagiárias:** Ana Luiza Bêlico, Iasmin Sena e Rayane Araújo
Secretária: Surânia Franco Lima Sales.

www.tjba.jus.br • e-mail: ascom@tjba.jus.br • Tel.: (71) 3372.5037 / 5038 / 5538 • Whatsapp (71) 98118.2361

Toda sexta-feira, os desembargadores baianos encontram-se para a sessão plenária semanal do Tribunal de Justiça da Bahia. É o grande debate no Salão do tribunal, chamado de pleno, por alcançar o top entre as reuniões da corte. Entre os destaques recentes do encontro, que é aberto ao público, Maria de Fátima Silva Carvalho e Abelardo Paulo da Matta Neto receberam a Medalha do Mérito Judiciário e Diploma Correspondente. A honraria, entregue aos desembargadores do TJBA, reconhece o mérito e relevantes serviços prestados por personalidades ao Poder Judiciário. Está prevista na resolução nº 2, de 1983.

A desembargadora Maria de Fátima Silva Carvalho recebeu a homenagem primeiro. Ela foi conduzida ao salão pelos desembargadores Eserval Rocha, Ivone Ribeiro Gonçalves Bessa Ramos e Joanice Maria Guimarães de Jesus. E recebeu a medalha das mãos de familiares. Fizeram a entrega do diploma correspondente à homenageada a ministra do Superior Tribunal de Justiça Eliana Calmon, o desembargador aposentado Manuel José Pereira da Silva e a juíza Maria Verônica Moreira Ramiro.

Em seguida, o desembargador Abelardo Paulo da Matta Neto foi guiado pelos desembargadores Nilson Soares Castelo Branco, Inez Maria Brito Soares Miranda e Maurício Kertzman Szporer. Também recebeu a medalha das mãos de familiares. Para entrega do diploma, o desembargador escolheu servidores da 8ª Vara Criminal de Salvador, unidade da qual foi juiz titular.

PACIFICAÇÃO SOCIAL

A Mesa de Honra da solenidade foi composta pela presidente do TJBA, desembargadora Maria do Socorro Barreto Santiago, que conduziu a sessão, a procuradora geral de Justiça Adjunta, Sara Mandra Moraes Rusciolli Souza, e o secretário Judiciário da Presidência, Carlos Alberto Santana Machado.

A reunião do Tribunal Pleno do TJBA é uma ocasião especial, que serve também para a troca de ideias entre os desembargadores, no sentido de buscar as melhores formas de pacificação social e de convívio agradável entre os cidadãos.

Foi no Tribunal Pleno que as magistradas Aracy Lima Borges e Soraya Moradillo Pinto alcançaram



o cargo de desembargador. Com a promoção das duas magistradas, passou para 59 o número de integrantes do colegiado, sendo 30 desembargadores e 29 desembargadoras.

A juíza Aracy Lima Borges foi promovida por merecimento e vai ocupar a vaga decorrente do falecimento da desembargadora Vera Lúcia Freire de Carvalho, ocorrido no dia 17 de novembro de 2015.

A nova desembargadora começou a carreira na magistratura estadual da Bahia, em dezembro de 1986, na comarca de Terra Nova, onde teve exer-

cício até dezembro de 1987; posteriormente, trabalhou na Comarca de São Francisco do Conde.

A juíza Soraya Moradillo Pinto foi promovida pelo critério de antiguidade e vai ocupar a 59ª vaga de desembargador, instalada pelo Decreto Judiciário nº 6, de 13 e janeiro de 2016. Começou na Comarca de Santa Inês, transferiu-se para Jaguaquara, Simões Filho, e veio para Salvador, onde assumiu a 4ª Vara Crime por 19 anos.

Ao cumprimentar as empossadas, a presidente, desembargadora Maria do Socorro Barreto Santiago,

disse, com a costumeira afetividade: “Desejo muito sucesso, e este tribunal as recebe de braços abertos. Sejam muito felizes, minha colegas”.

CÂMARA DO OESTE

As novas desembargadoras foram designadas para a Câmara Especial do Extremo Oeste Baiano. A Turma Criminal conta ainda com os desembargadores Julio Cezar Lemos Travessa e Abelardo Paulo da Matta Neto.

Na sessão cível, estão os desembargadores Mário Augusto Albiani Alves Júnior, Ivanilton Santos da Silva, Raimundo Sérgio Sales Cafezeiro e Maria de Fátima Silva Carvalho.

A Câmara Especial do Extremo Oeste Baiano, unidade judicial do 2º Grau, instalada em fevereiro de 2015, aprecia e julga processos das comarcas de Angical, Baianópolis, Barra, Barreiras, Brotas de Macaúbas, Bom Jesus da Lapa, Carinhanha, Cocos, Coribe, Correntina, Cotegipe, Cristópolis, Formosa do Rio Preto, Ibitiara, Ibotirama, Igaporã, Luís Eduardo Magalhães, Oliveira dos Brejinhos, Palmas de Monte Alto, Riachão das Neves, Santa Rita de Cássia, Santa Maria da Vitória, Santana, São Desidério, Serra Dourada, Wanderley e seus respectivos distritos. Na Câmara do Oeste, é possível recorrer ao 2º grau, sem precisar que o cidadão se desloque até Salvador, como ocorria antes.

SAIBA MAIS

As duas desembargadoras são vocacionadas para o trabalho na Justiça e falaram para a revista TJBA em Ação de suas expectativas, e de alguns aspectos da memória do trabalho desenvolvido na luta por fazer valer os direitos dos cidadãos. As duas revelaram-se felizes por poderem contribuir, agora, no quadro do 2º Grau, para o bom êxito dos trabalhos na nova fase do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia. O resultado das entrevistas está nas páginas seguintes, 6 e 7.



LUTAR PELA VERDADE SEMPRE

Desembargadora
Aracy Lima Borges

"É nossa missão
buscar a paz social"

Promovida a desembargadora do Tribunal de Justiça da Bahia, após quase 30 anos no exercício da magistratura, dos quais 19 anos na entrância final, a magistrada Aracy Lima Borges lembra que ela vem do tempo da máquina de datilografia e do papel carbono para a produção das cópias. Mas, afirma, o trabalho do juiz continua o mesmo, de não agradar todas as partes, mas fazer vencer a verdade, distribuindo a justiça.

TJBA em Ação: Desembargadora, a promoção por merecimento é um prêmio e, certamente, sinaliza que se está no caminho certo. Este critério para a promoção ao cargo de desembargador leva a senhora a exigir mais de si no exercício da nova função?

Desa. Aracy: Os critérios para a promoção por merecimento são decorrentes de critérios objetivos, como por exemplo a conduta do magistrado, sua eficiência no exercício do cargo, o número de vezes em que figurou em outras listas por merecimento, além de outros. Devo salientar que fui promovida após 29 anos e 5 meses no exercício da magistratura, sendo que, somente na entrância final, foram 19 anos judicantes.

TJBA em Ação: A senhora acredita que, com o passar do tempo, e com a experiência adquirida ao longo da carreira, o magistrado tem mais segurança ao julgar?

Desa. Aracy: A função primordial do juiz consiste em decidir conflitos de interesses entre pessoas físicas, empresas e o poder público, assegurando a dignidade humana e prezando por uma solução pacífica dos impasses. É missão do juiz preservar a dignidade humana, defender as liberdades públicas e buscar a pacificação social através da resolução definitiva de conflitos de interesses entre pessoas e bens da vida, como a liberdade, o patrimônio, a honra e outros. Todos esses entendimentos tendem a se consolidar com o passar dos anos e hoje, após quase três décadas de exercício da magistratura, sinto-me à vontade para afirmar que, com a prática do dia-a-dia, tenho maior segurança para proferir decisões e realizar julgamentos.

TJBA em Ação: Numa interpretação mais simplificada do trabalho no Judiciário, atuando no 2º Grau, a senhora passa a julgar decisões de outros magistrados. O que muda no trabalho do juiz quando passa a exercer a função de desembargador? Qual a expectativa da senhora em relação a esta mudança?

Desa. Aracy: Na realidade, a atuação no 2º Grau sintetiza a apreciação, em grau de recurso, da insatisfação exteriorizada pelas partes diante de uma sentença ou decisão que lhe foi adversa na instância de 1º grau, logo, não há uma mudança tão contundente neste aspecto.

VOCAÇÃO PARA A JUSTIÇA

Desembargadora
Soraya Moradillo

"Que bom sempre
poder renovar"



Desde cedo, ela já sabia. Queria seguir a carreira de juíza. E assim foi. Agora, empossada como desembargadora do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, Soraya Moradillo sente-se começando tudo outra vez. "Que bom, sempre poder renovar", disse, logo no dia seguinte a sua posse.

TJBA em Ação: A senhora conseguiu conciliar a prática de 26 anos atuando como juíza com um extenso currículo acadêmico. Qual a importância de unir o conhecimento da teoria à prática?

Desa. Soraya: De fato, além de bacharela em direito e psicologia, sou doutora em Ciências Jurídicas e tenho diversas especializações nas áreas de direito penal e ciências criminais, além de ter escrito dois livros, o Autismo e o Inconsciente; e a Infiltração policial nas organizações criminosas. Conciliar os dois ambientes, o acadêmico e o judiciário, fortalece o resultado do trabalho e a produção de conhecimento.

TJBA em Ação: Como foi o início na carreira e quais as principais dificuldades?

Desa. Soraya: Trabalhei, inicialmente, numa comarca bem tranquila, em Santa Inês. Depois, já em Jaguaquara, sofri um grande acidente na estrada. Tive de fazer cirurgias de reconstituição da face e precisei de muita firmeza e apoio dos familiares e colegas para seguir carreira. Decidi manter-me em atividade, apesar de sequer falar direito. Muitas vezes sangrava pela boca.

TJBA em Ação: A senhora deve ter muitas lembranças da atuação em um setor da Justiça que às vezes pode oferecer algum risco.

Desa. Soraya: Comecei na área criminal em Simões Filho, passei seis anos lá, e depois vim para Salvador. Um dos casos que sempre vou lembrar foi o de um rapaz que estava acusado de latrocínio. Pedi para investigá-lo e o resultado foi o perfil de um trabalhador que não tinha envolvimento no crime. Eu o absolvi. Anos depois, um delegado prendeu o verdadeiro autor.

TJBA em Ação: Em contrapartida, condenar é um verbo que exige segurança no ato de fazer justiça. Tem algum caso que a senhora possa nos dizer de condenação que marcou sua carreira e a senhora não esquece?

Desa. Soraya: Sim, certa vez, nunca esqueço, condenei um homem a 26 anos de reclusão. Ele me agradeceu. Confessou que tinha errado e queria pagar na Justiça. Disse ter se arrependido.

TJBA em Ação: E a família, como sente este sucesso profissional da senhora, e a saudade que vai deixar, uma vez que foi designada para a Câmara do Extremo Oeste?

Desa. Soraya: Meu marido é empresário, meus três filhos também estão na área do direito, um deles já é advogado da Justiça Federal. Então, como se vê, está tudo em casa. Tenho todo apoio para meu trabalho e é recíproco com meus filhos. 



MEMÓRIA: Ao cair da noite, homenagem póstuma ao juiz Sérgio Lâmega, que dá nome ao fórum de Conquista

PRINCÍPIO DE IMPERMANÊNCIA

Presidência em Movimento segue com visitas às unidades da capital e interior

O belo cair da tarde em Vitória da Conquista, no Sudoeste, deixou ainda mais serena a cerimônia de homenagem póstuma ao juiz Sérgio Lamêgo, morto no ano passado vítima de câncer. O novo fórum da comarca, inaugurado em 2014, ganhou o nome do magistrado, muito querido por colegas, servidores e toda a comunidade jurídica.

Foi um dos compromissos da desembargadora Maria do Socorro Barreto Santiago em mais uma ação do projeto Presidência em Movimento, que incluiu uma visita à comarca vizinha de Poções.

Na cerimônia, ao lado de magistrados e servidores, a presidente destacou o que representava o juiz para a sociedade. “Quando tantos segmentos se unem em torno de uma homenagem, é porque o homenageado mereceu uma distinção especial. Nada poderia ser mais adequado do que ter o seu nome imortalizado na Casa em que exerceu com tanta dignidade o seu ofício de julgar”, disse a desembargadora.

“Espero que Sérgio continue sendo lembrado pelo bem servir e pela ética”, disse a viúva Cecília, presente à solenidade, ao lado dos pais do homenageado, Guilherme e Irene.

ENCONTROS NAS COMARCAS

Antes, a presidente visitou as instalações do Fórum João Mangabeira, no centro da cidade. Conversou com servidores, agradeceu o empenho na construção por um Judiciário mais forte e esteve sempre disponível para o diálogo com o cidadão.

Depois, na reunião com juízes, tratou sobre central de mandados, juizados especiais e digitalização de processos, entre outros temas. O corregedor geral da Justiça, desembargador Osvaldo Bomfim, e a corregedora das Comarcas do Interior, desembargadora Cynthia Maria Pina Resende, também participaram do encontro.

INAUGURAÇÃO DO POSTO

Em Poções, a presidente Maria do Socorro Barreto Santiago foi recebida pelos servidores e pelo juiz Alerson Mendonça, com flores. Lá, visitou o espaço onde atualmente funciona o fórum, enquanto o prédio do tribunal passa por reformas.

De volta a Conquista, a desembargadora esteve no Centro Integrado dos Direitos da Criança e do Adolescente, que reúne a Vara da Infância e Juventude,

Promotoria de Justiça, Núcleo de Defensoria Pública e entidades que atuam em defesa da criança e do adolescente em situação de vulnerabilidade ou em conflito com a lei.

“Com o centro, as execuções das medidas são realizadas aqui”, explicou o juiz Juvino Brito, titular da vara. “É uma iniciativa exemplar, que merece ser seguida”, disse a presidente, que esteve acompanhada do prefeito Guilherme Menezes.

Última atividade no Sudoeste, o ciclo de palestras, promovido pela Corregedoria Geral da Justiça, reuniu também a corregedora Cynthia Resende, o presidente da Associação dos Magistrados da Bahia, juiz Freddy Pitta Lima Filho, e representantes dos sindicatos Sinpojud e do Sintaj. Todos assistiram a palestras da desembargadora Nágila Brito, sobre aspectos da Lei Maria da Penha, e do professor Carlos Magno Vieira da Silva, sobre o assédio moral.

O ‘Presidência em Movimento’ seguiu na capital com a inauguração do posto de saúde do Fórum Regional do Imbuí. O posto vai atender pacientes nas situações de urgência. 🏥



PRESENÇA: Comitativa do TJBA esteve no Centro Integrado dos Direitos da Criança e do Adolescente

PROVA DE CÁLCULO

Atenção, Precatórios! Requisição de Pequeno Valor (RPV) tem novas regras

Uma nova instrução normativa mudou o procedimento para a Requisição de Pequeno Valor (RPV). O Núcleo Auxiliar de Conciliação de Precatórios está à disposição de todos os juízos que tiverem dúvidas sobre o tema.

O importante mesmo, além da leitura atenta da instrução normativa, é buscar o esclarecimento toda vez que houver alguma dúvida. A equipe do núcleo está sempre pronta a ajudar.

Um encontro para esclarecer as dúvidas mais frequentes sobre os novos procedimentos da RPV foi o objetivo da ação realizada em parceria pelo Núcleo Auxiliar de Conciliação de Precatórios e a Universidade Corporativa (Unicorp) do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

Destinado a juízes e servidores das varas da Fazenda Pública, o encontro foi transmitido online pelo canal do TJBA no YouTube.

O objetivo foi alcançado: promoveu o debate sobre os procedimentos a serem adotados nos pagamentos das RPVs, a partir do que estabelece o novo Código de Processo Civil e a Instrução Normativa nº 19/2016, editada pela Presidência do Tribunal de Justiça da Bahia.

A juíza Verônica Ramiro, coordenadora do Núcleo de Precatórios, divulgou na reunião, o desenvolvimento de um sistema de cálculos, que está em fase de elaboração, para integrar todas as comarcas, facilitando, assim, o resultado das RPVs, conforme estabelecido pela Instrução Normativa.

O Núcleo de Precatórios está à disposição dos servidores para esclarecimentos e auxílio nos cálculos: os interessados podem comparecer à sala onde funciona o núcleo, no primeiro andar do anexo do edifício-sede, ou manter contato pelo e-mail precatorios@tjba.jus.br.

Além disso, a equipe também está preparando um tutorial, que deve ser liberado nos próximos dias, com a rotina e o passo a passo de cálculos e pagamentos das RPVs para que não fique nenhuma dúvida pendente.

ALVARÁS

O Núcleo Auxiliar de Conciliação e Precatórios entregou alvarás a 157 credores do Estado da Bahia em sessão dirigida pela presidente do Tribunal de Justiça da Bahia, desembargadora Maria do Socorro Barreto Santiago.

Os credores aceitaram a proposta apresentada pelo Estado de adiantamento no pagamento, mas com deságio de 40%.

Foram inscritos 334 credores, mas só a metade atendeu às determinações do edital para a negociação, informou a juíza Verônica Ramiro. “Foram entregues, também, dois ofícios aos juízos das 4ª e 12ª Varas de Família da Comarca de Salvador”, disse a juíza.

A soma dos precatórios pagos pelo Banco do Brasil, em oito estandes montados na sede do Tribunal de Justiça, chegou a R\$ 121.691.418,48. As deduções

legais chegaram a R\$ 4.889.921,78 (Previdência) e R\$ 10.856.164,31 (Receita Federal).

A juíza assessora Maria Verônica afirmou também os municípios e outros entes públicos poderão propor suas negociações, a exemplo do que fez o Estado da Bahia.

O objetivo é atender ao cidadão da forma mais célere possível e que a justiça seja feita, conforme a legislação vigente. 

SAIBA MAIS

Os precatórios, explicou a presidente do Tribunal de Justiça, desembargadora Maria do Socorro Barreto Santiago, são requisições de pagamento expedidas pelo Judiciário, para cobrar de empresa ou órgão público o pagamento de valores devidos, após a condenação judicial definitiva.

“A decisão judicial que determina o pagamento de um precatório é extremamente importante para a cidadania, e cabe ao Judiciário garantir o cumprimento dessa sentença, seguindo a Constituição Federal”, disse.





Juiz Antônio Faiçal
Coordenador do Núcleo de Prisão
em Flagrante e Audiência de Custódia

LIVRE EXPRESSÃO

Para que serve a audiência de custódia?

O ainda recente instituto nominado audiência de custódia tem sido alvo de frequente debate, a suscitar argumentos elogiosos e críticas vorazes, enfrentamento muito natural em qualquer inovação jurídica, sobretudo quando gera repercussão na sociedade, a transcender a abordagem estritamente acadêmica e aportar nas folhas dos jornais.

Mas para que serve a audiência de custódia? Definitivamente, não se presta a privilegiar a soltura de criminosos, como parcela da crítica de modo míope procura sustentar. Instituída pelo Pacto de San José da Costa Rica, tratado internacional do qual nosso país é signatário, as audiências procuram viabilizar o contato direto e em tempo razoável entre o conduzido, sempre assistido por um defensor, e o magistrado que decidirá sobre sua manutenção no cárcere ou sua soltura para responder o processo em liberdade.

Cada ator assume seu papel, numa sinergia célere e produtiva, eis que o Promotor de Justiça analisa o caso e se posiciona pela continuidade ou não da prisão, o Defensor apresenta argumentos e fatos favoráveis ao conduzido e o próprio preso ganha voz perante o juiz, que ao final decide, sempre de modo responsável, à vista das circunstâncias do crime, da pena prevista, do emprego ou não de violência e do histórico de prisões e processos, se aquele cidadão congrega condições para ser afastado do convívio social ou a este pode retornar. Nessa seara assume especial protagonismo a polícia, a quem compete trazer argumentos sólidos, precisos e críveis da necessidade de encarceramento.

Convém lembrar que a deliberação judicial sobre a prisão não é, em si, uma novidade no ordenamento jurídico, mas a avaliação de outrora se dava tão somente com lastro em análise documental. As audiências de custódia vieram acrescentar à dinâmica a presença física e o exercício de direito de voz do preso.

Nada mais razoável em uma sociedade que se pretende justa. Nossa legislação penal contempla muito mais hipóteses apenáveis que homicídio, latrocínio e estupro. Há crimes menos graves em que eventualmente cidadãos não violentos podem se envolver, como condução de veículo automotor embriagado.

Até mesmo alguém ser alvo de uma prisão por crime inexistente ou do qual não tenha participado, suponhamos. Agora vale o exercício hipotético de se imaginar preso. Responda sinceramente: o leitor gostaria de poder falar, nas próximas 24 horas, com o juiz que decidirá sobre a manutenção de sua prisão?

Numa sociedade tão vulnerável como a nossa e onde a maior crítica ao Judiciário é a lentidão, a humanização do trato a celeridade do serviço, sem nunca perder de vista a independência e a soberania das decisões judiciais fundamentadas e responsabilmente exaradas, só podem representar um forte avanço, um passo à frente, rumo ao sistema ideal. 

O PLANTÃO JUDICIÁRIO DO 1º GRAU TEM NOVO ENDEREÇO



SALAS EXCLUSIVAS



EM FRENTE AO DETRAN, NO PAVIMENTO SUPERIOR DA CENTRAL DE FLAGRANTES DO IGUATEMI

Av. Tancredo Neves, nº 4197, Parque Bela Vista



TRIBUNAL
DE JUSTIÇA
DO ESTADO
DA BAHIA

O decreto número 246/2016, editado pela presidente Maria do Socorro Barreto Santiago, vem estimulando as comarcas baianas a buscar reduzir os custos, graças à otimização no uso de equipamentos e insumos.

No Juízo de direito da comarca de Itiruçu, no Sudoeste, a juíza Andréa Padilha Sodré Leal Palmarella determinou a redução de despesas com material de expediente, água, energia, telefone e outros.

A magistrada recomendou a impressão em frente e verso do papel ofício. Pediu a leitura do texto antes de 'comandar' a impressão para avaliar a necessidade da cópia em papel. Comunicação por e-mail e pandion e ligações para celular em casos urgentes ou quando não tem fixo são outras boas ideias.

PAPEL DE FOTOCÓPIA

Já no Juízo de Direito da Comarca de Camamu, no Baixo Sul, a administradora Maria Lúcia Souza Bitencourt acompanhou a meta de 20% de redução de despesas: sai de R\$ 8.539,50 para R\$ 6.933,20, conforme a planilha divulgada.

Entre os gastos com redução confirmada, estão água mineral, gás de cozinha, recarga de toner, material de cozinha e gêneros alimentícios, além do material de expediente.

A ARTE DE ECONOMIZAR

Comarcas aderem ao Decreto 246 para favorecer orçamento e equilibrar as contas

A administradora destacou a importância da digitalização como forma de economizar papel de fotocópia. "Com a saída do cartório do prédio desta comarca, prevista para o próximo mês, prevemos mais diminuição de gastos", informou Maria Lúcia.

Pela Comarca de Wanderley, no Oeste, a equipe de trabalho do juiz de Direito Leandro de Castro Santos planejou as compras por trimestre ou quadrimestre de acordo com a necessidade e a viabilidade para cada tipo de despesa.

O magistrado vai trocar aparelhos de ar condicionado de janela por Splits de 7 mil BTUs. A comarca promoveu uma campanha de comunicação interna com a utilização de cartazes como forma de divulgar as medidas de economia.

O juízo da comarca de São Gonçalo dos Campos passou a seguir diretrizes de redução de custeio para telefonia, energia elétrica, água, papel para impressão e material de escritório.

A administradora, Cristiane Nilce Santos Azevêdo Viana, teve o cuidado de recomendar 11 itens para

alcançar os 30% de redução das despesas, em cumprimento ao Decreto Judiciário 246/2016, publicado no Diário da Justiça Eletrônico, de abril de 2016.

LUZES APAGADAS

Já no Fórum Teóphilo Pinheiro, na Comarca de São Felipe, a juíza de Direito Caroline Rosa de Almeida Velame Vieira, voltou a lembrar alguns dispositivos de economia de energia, pois o cuidado com a redução do custeio é permanente.

A redução do tempo das ligações telefônicas, o desligamento dos condicionadores de ar e de lâmpadas, ao final do expediente, o reaproveitamento de papéis e a redução do uso do papel de impressão estão entre as práticas positivas de redução de custeio.

Na Comarca de Buerarema, no Sul, o juiz de direito Antonio Carlos Maldonado Bertacco alertou os servidores para uma série de medidas decisivas de redução de custeio a fim de cumprir o decreto presidencial. Entre as práticas, o magistrado relacionou 13 ações positivas no sentido de conseguir a redução de custo.

A Comarca de João Dourado, na Região Central do Estado, também vem intensificando o trabalho de contenção de despesas, dando cumprimento ao decreto número 246/2016. Entre as determinações do juiz de direito Leandro Ferreira de Moraes, estão nove itens que os servidores se comprometeram a cumprir.

O primeiro deles é trabalhar com as luzes apagadas, aproveitando ao máximo a luz natural. Também foi pedido desligar o condicionador de ar, toda vez que o servidor – e o próprio magistrado – saírem do ambiente.

O juiz pediu ainda que as impressões sejam feitas em frente e verso das folhas de ofício. "Somente fazemos ligações em caso de extrema necessidade e de interesse do Poder Judiciário e não realizamos ligações para telefone móvel", disse o juiz Leandro.

"Entre as medidas de contenção, estão ainda a redução em 20% do material de limpeza usado, além de usar ao máximo os meios eletrônicos para correspondências", disse.

O juízo de direito de Itaberaba, na Chapada Diamantina, foi outro a manifestar a adesão total às diretrizes do decreto da presidência. As juízas Adriana Tavares Lira e Renata Furtado Foligno incentivam os servidores na arte de economizar. 



SÃO FELIPE: economia de energia e cuidado permanente com a redução do custeio



JOÃO DOURADO: contenção de despesas com nove itens, a começar pelo uso da luz natural

É LEGAL ESSE CAST!

Trabalho de mídia de áudio é todo produzido dentro do próprio tribunal

Após passar um período inativa, a Rádio Legal do Tribunal de Justiça da Bahia foi reativada em forma de podcast no dia 8 de junho, com o Cast TJBA em Ação, uma iniciativa da equipe da Assessoria de Comunicação (Ascom).

Com a reformulação física da sala da Assessoria de Comunicação do TJBA, o estúdio ganhou um espaço exclusivo, e com isso, veio a criação de um produto informativo e especialmente produzido para o público do setor judiciário, mas que desperta também a atenção dos colegas de mídia convencional.

Com textos produzidos na própria redação, dando ênfase para as principais notícias sobre o Poder Judiciário baiano, os arquivos de áudio digital (podcast) são disponibilizados semanalmente para livre acesso de servidores, magistrados e para a sociedade.

O Cast TJBA em Ação irá publicar boletins, agenda, serviços e entrevistas com magistrados, abordando experiências, curiosidades, casos de justiça e dicas.

O QG da produção encontra-se no próprio setor. Tudo é produzido dentro do próprio Tribunal.

O podcast pode ser acessado através do site do TJBA ou pela conta do Tribunal na plataforma SoundCloud. Neste canal, encontra-se todo o portfólio de programas passados elaborados pela redação da Assessoria de Comunicação.

A ASCOM está aceitando sugestões para o aprimoramento e enriquecimento do seu novo produto, através do e-mail ascom@tjba.jus.br.

Não deixe também de seguir o TJBA nas redes sociais. Encontre-nos no Facebook, Instagram, Twitter, Flickr e Youtube, com transmissões de eventos ao vivo. (veja página ao lado) 📱



HISTÓRIA: Ana Luiza Bélico, da Ascom, faz a transmissão de reestreia do PodCast da Ascom

REDES SOCIAIS



18 MIL CURTIDAS

TJBA tá na rede, com crescimento de acessos e seguidores no Twitter, Facebook, Instagram e Flickr

Há seis meses, as redes sociais do Tribunal de Justiça da Bahia foram reativadas e, com isso, as notícias produzidas no portal começaram a ser postadas também nas plataformas Twitter, Facebook, Instagram e Flickr.

Durante as postagens, é notável observar que as matérias de maior repercussão trazem serviços relacionados ao Tribunal e ao judiciário baiano, como cursos, encontros, workshops, informações sobre a localidade dos serviços, assim como reportagens e notícias que abordem projetos como Pai Presente e todos de alcance social inegável.

O Facebook é a plataforma na qual o TJBA mais recebe feedbacks e interação com o público que o segue nas redes sociais. A página do Tribunal encontra-se atualmente com 18.323 curtidas e, por permitir comentários, curtidas e compartilhamento das matérias, o alcance das postagens, principalmente quando são sobre serviço, alcançar números altos quanto difíceis de calcular.

O Facebook do Tribunal recebe muito acesso da capital, mas também de Feira de Santana, Itabuna, Ilhéus e Barreiras. Também registram-se internautas de São Paulo e Rio de Janeiro, entre os grupos de mais acesso.

Somente durante o mês de maio, o perfil do TJBA obteve 36,9 mil visualizações. O público foi alcançado com 85 tweets, 823 visitas no perfil, 83 menções e 120 novos seguidores.

O Twitter é o local onde seguidores podem acompanhar mais rapidamente as notícias postadas no portal do TJBA. O maior destaque do mês foi o da primeira edição da Revista do TJBA, com 370 impressões. O Instagram teve participação ativa na cobertura da posse da Presidente Maria do Socorro Barreto Santiago. As atualizações foram em tempo real.

O Tribunal dispõe de um Flickr para postagem das fotos dos principais eventos realizados, registrando memórias através da plataforma, que permite uma organização por álbuns que são de fácil acesso para os visitantes da página. 📷



Revista Eletrônica

TJBA

em Ação



Participação das equipes de trabalho nas capacitações reafirma compromisso do Judiciário na melhoria do serviço prestado, como no curso 'Um novo olhar sobre o conflito'



Desembargadora Joanice Maria Guimarães de Jesus: “momento marcante para o nosso tribunal”

DIREITO À PAZ

Acordo fortalece método para contribuir com a pacificação social numa sociedade cada vez mais complexa

O Tribunal de Justiça da Bahia está buscando uma forma de promover a Justiça Restaurativa para todas as categorias que compõem o estado. Com isso, foi assinado um acordo de cooperação interinstitucional entre a presidente do Tribunal de Justiça da Bahia, desembargadora Maria do Socorro Barreto Santiago, e representantes de diversos órgãos públicos, entidades sociais e sindicais, associações e instituições educacionais.

O objetivo é a implementação e a difusão da Justiça Restaurativa na Bahia. “Este é um momento marcante no nosso Tribunal”, ressaltou a desembargadora Joanice Maria Guimarães de Jesus, coordenadora do Núcleo de Justiça Restaurativa de 2º Grau. “É marcante também para as demais entidades, que vão dar as mãos em um trabalho conjunto com o Judiciário e com a comunidade, e

que pode abrir para novas políticas”, acrescentou. Justiça restaurativa, mediação e conciliação, embora vistas, muitas vezes, como um mesmo processo de restabelecimento da harmonia social, são técnicas diferentes, explicou a desembargadora Joanice Maria Guimarães de Jesus.

“São parecidas, e muitas vezes a gente confunde com a mediação judicial; confunde também com conciliação. Embora sejam todos importantes, sejam todos métodos restaurativos, busquem uma conciliação, uma restauração, eles têm, diferença entre si”, explicou.

Na conciliação, busca-se o direito, acompanham-se as normas, e qualquer conciliador se baseia naquilo que está positivado, no direito de cada um. Há o direito a isso e àquilo; são valores legais permitidos.

JUSTIÇA RESTAURATIVA

Na mediação, focam-se o conflito, o impasse, que pode ser resolvido de alguma maneira que não seja a mais formal.

Já no caso da Justiça Restaurativa, a desembargadora destacou que “não se trabalha nem em cima da lei nem em cima dos conflitos, mas a partir das pessoas, dos valores das pessoas, de seus sentimentos, da possibilidade de transformação do conflito, ao tempo que busca valorizar o ser humano”.

“A Justiça Restaurativa busca o encontro, com o chamado diálogo participativo, democrático, voluntário, confidencial, em que as pessoas vão conversar, estabelecer esta transformação com vista a uma nova pessoa, uma visão. Isso é que é grande motivo, que leva a gente a fazer a distinção entre conciliação, mediação e Justiça Restaurativa”, concluiu a desembargadora.

Nesta quarta-feira, foram realizadas mais duas palestras: Justiça Restaurativa e Mediação, com a professora Ilana Martins; e Experiência do Núcleo de Justiça Restaurativa do Largo do Tanque,

com o juiz Jonny Maikel e a advogada Ana Carolina Silva Benevides.

O curso, que começou na manhã da última segunda-feira (6), prossegue na quinta-feira (9) e termina na sexta-feira (10), sob a coordenação científica da desembargadora Joanice Maria Guimarães de Jesus. Integra o Programa de Métodos de Resolução de Conflitos e foi concebido pela Unicorp para o biênio 2016-2018. 

SAIBA MAIS

A desembargadora ensinou que, na Justiça Restaurativa, a prerrogativa não é a lei, é o ser; o envolvido é o foco da resolução, daí o acordo não ser o fundamental, mas a transformação da pessoa, para um melhor relacionamento futuro. “Estamos ali, para facilitar o diálogo, a conversa entre as pessoas”, diz a desembargadora, referindo-se às sessões da Justiça Restaurativa.



Ana Benevides: conhecimento para a paz



Juiz Jonny Maikel: resolução de conflitos

ACADEMIA DE JUSTIÇA

Programa aproxima o tribunal da comunidade, com a visita de estudantes universitários de cursos de direito

No final de 2011, quando divulgou o relatório das metas daquele ano, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) informou que o Tribunal de Justiça da Bahia estava entre os que haviam cumprido as especificações em mais de 70%. Das quatro metas estabelecidas, o Judiciário baiano cumpriu três plenamente; apenas uma ficou com 69,47% de atendimento.

Uma dessas metas, a de número 4, que previu a implantação de, pelo menos, um programa de esclarecimento ao público sobre as funções do Poder Judiciário, foi executada na Bahia pelo Projeto Conhecendo o Judiciário.

Por meio do projeto, o tribunal abriu suas portas para estudantes, em especial da área jurídica, de modo a permitir que o acadêmico de Direito pudesse conhecer, de forma prática, a formação e a tramitação dos processos de 1º e 2º graus.

Os estudantes, em grupos máximos de 50 alunos, são recebidos por magistrados e servidores, que

lhes informam sobre o funcionamento da Justiça, a tramitação dos processos e a história da instalação do Tribunal da Bahia, o mais antigo nas Américas, ocorrida em 7 de março de 1609.

Naquele ano de 2011, um total de 514 estudantes de Direito, de instituições da capital e do interior do estado, visitaram o Tribunal de Justiça da Bahia. Em 2008, quando o projeto foi implantado na Bahia, o Tribunal de Justiça recebeu a visita de 565 estudantes.

Ao assumir a Presidência do Tribunal de Justiça, em fevereiro passado, a desembargadora Maria do Socorro Barreto Santiago reforçou o projeto, por reconhecer sua força na aproximação com o cidadão. “Assim, podemos reafirmar o desejo de nos aproximar da sociedade, trazendo-a para nos conhecer de perto”, disse a desembargadora.

Um pensamento endossado por professores que têm participado do projeto, a exemplo de Vander Costa, coordenador do Curso de Direito da Faculdade Maurício de Nassau. “Aqui o estudante de

Direito se coloca como parte do processo jurisdicional, sem visão preconcebida, ouvindo não apenas o magistrado, mas também o servidor, com sua experiência, sua visão profissional”.

Diz o professor que o novo Código de Processo Civil veio com a proposta da colaboração entre advogados, partes e a Justiça. “O advogado busca, em última análise, dentro das funções essenciais da Justiça, a boa prestação jurisdicional, para que se tenha uma sociedade harmônica e pacífica, e o estudante de Direito deve participar de atividades assim, como o Conhecendo o Judiciário”.

O servidor Marks Sena, secretário adjunto de Câmara, do Tribunal Pleno, que sempre explana sobre a rotina da Secretaria, diz que a importância do Conhecendo o Judiciário, entre outras vantagens, está “na parceria e troca de conhecimento prático e teórico, entre o Judiciário e a comunidade, na busca pela excelência”.

Professora Laís Matos, da Faculdade São Salvador

“O projeto Conhecendo o Judiciário tem importância fundamental para o estudante de Direito, uma vez que possibilita um contato direto com o cotidiano jurídico.”

Particularmente, tenho um carinho especial pelo projeto. Enquanto discente, visitei o fórum Ruy Barbosa e o Tribunal de Justiça pela primeira vez. Lembro de ter ficado fascinada com um mundo sonhado, mas até então desconhecido. E sentir-me tão próxima deu-me entusiasmo para prosseguir no curso.

Anos depois, retorno como docente, trazendo uma turma de alunos, como eu há algum tempo, sinto-me privilegiada por conseguir participar do projeto sob perspectivas diferentes, podendo, no entanto, saborear do mesmo encanto de outrora.

Faz muito bem ao estudante de direito observar o atuar do profissional do Judiciário, como membro ou usuário. Isso estimula os alunos.”

A Assessoria Especial da Presidência II, para Assuntos Institucionais, colocada à frente do desenvolvimento do projeto, valorizando essa importância, ampliou o elenco dos participantes do ‘Conhecendo o Judiciário’, convidando desembargadores para fazerem palestras, ao lado dos juízes e dos servidores que já participavam.

O juiz Gilberto Bahia, um dos palestrantes, ao definir o Projeto Conhecendo o Judiciário, diz que “as coisas mais simples da vida são as mais extraordinárias”. Acrescenta que “a simplicidade do projeto se traduz na objetividade, extraordinária, que, de forma efetiva, leva aos estudantes uma visão clara e verdadeira do Poder Judiciário”.

SAIBA MAIS

As visitas são em duas etapas: a primeira ao Fórum Ruy Barbosa; a segunda ao Tribunal de Justiça.

Na sede do Tribunal, são visitados Memorial dos Presidentes, Praça de Serviços, Centro Cultural, Secomge, Secretarias de Câmara, Gabinete de Desembargador, Sala de Sessão e Salão do Tribunal Pleno.

No Fórum Ruy Barbosa, o Átrio, Memorial do Tribunal de Justiça, Busto e Cripta de Ruy Barbosa (onde se encontram os restos mortais do jurista), Salão do Júri, Salão de Casamentos, Setor de Distribuição, Cartório e Sala de Audiência de uma Vara Judicial, Núcleo de Conciliação Prévia, Biblioteca e Salão Nobre.

As inscrições, pela instituição de ensino ou professor do curso de Direito, podem ser feitas por:

Tel: (71) 3372-5076 |
e-mail: frmiguez@tjba.jus.br

(aos cuidados de Flávia Miguez e Renata Abude)

ANO	ESTUDANTES
2008	565
2009	628
2010	772
2011	514
2012	141
2013	739



Desembargadora Nágila Maria Sales Brito fala aos alunos visitantes o que é o Poder Judiciário

BREVES



Ministra Nancy Andriighi faz elogios

Uma das 8 metas traçadas pela Corregedoria do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) decreta que os Juizados Especiais e Turmas Recursais da justiça estadual teriam até 31 de dezembro deste ano para identificar e julgar no mínimo 70% de todos os processos distribuídos até dezembro de 2013. Para o desembargador Olegário Monções Caldas, indicado pela corregedora nacional de Justiça, ministra Nancy Andriighi, para implementar esse objetivo no Tribunal de Justiça da Bahia, acredita que no TJBA já no próximo mês de setembro essa meta será alcançada. A eficiência nos julgamentos levou a ministra Nancy Andriighi a elogiar o trabalho. “Sobre a adoção de julgamentos virtuais nas Turmas Recursais, quero aproveitar a oportunidade, para prestar uma homenagem aos juizes das turmas recursais da Bahia, que, em menos de dois meses, conseguiram julgar mais de 11 mil recursos na forma eletrônica”, disse a ministra.

Projetos avançam na área criminal

A presidente Maria do Socorro Barreto Santiago destacou os projetos desenvolvidos na área criminal pelo Tribunal de Justiça da Bahia no seminário “Integrando o Pacto Pela Vida: Segurança Pública e Justiça Criminal”, realizado no último dia 13, no Gran Hotel Stella Maris, em Salvador. A desembargadora também ressaltou a digitalização do acervo, a disseminação das audiências por videoconferência, a instalação de varas especializadas no interior do estado e a instalação da Vara do Crime Organizado em Salvador, mas com competência para todo o estado.



Encruzilhada programa júris

A comarca de Encruzilhada, no Sudoeste, tem três sessões de julgamentos do Tribunal do Júri programadas para o mês de julho, nos dias 11, 12 e 13. Os julgamentos estão inseridos nas semanas estaduais do júri, que serão promovidas nos meses de julho e agosto pelo Tribunal de Justiça da Bahia. As semanas estaduais do júri, neste ano, estão previstas para ocorrerem entre os dias 11 a 15 de julho e 8 a 12 de agosto. Durante esses períodos, serão priorizados o julgamento dos crimes implicados pela meta Enasp - crimes dolosos contra a vida ajuizados até 2010.

Feira de Santana: destaque

Em comemoração ao Dia Mundial da Conscientização da Violência contra a pessoa idosa, celebrado no último dia 15, a juíza Fabiana Pellegrino ministrou uma palestra durante uma audiência pública na Assembleia Legislativa, com o tema “Hipervulnerabilidade do idoso no mercado de consumo”. Ela é uma das idealizadoras do Juizado de Apoio aos Superendividados, em que o funcionamento acontece diariamente, de segunda a sexta-feira, das 10 às 19 horas, e aos sábados, quando exclusivamente são realizadas oficinas interdisciplinares, das 8 às 12 horas. Os interessados podem agendar a participação no portal do Tribunal de Justiça, no link Central de Agendamento.

Grupo de Validação é referência

Os servidores que mais produziram validações de processos, a partir de um trabalho desenvolvido em parceria com os gabinetes de desembargadores, foram premiados pela Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia. O grupo atingiu a marca de 1.361 processos validados. A validação dos processos está inserida nas atividades do Projeto Cartório Integrado, que vai reunir, em um só espaço, unidades judiciais digitalizadas. Assim, estas unidades vão poder trabalhar em conjunto e otimizar o resultado do serviço.

Lauro de Freitas beneficia cidadãos

As entidades públicas ou privadas que tenham finalidades sociais e agem sem fins lucrativos, situadas em Lauro de Freitas, na Região Metropolitana de Salvador, possuem até as 23 horas do dia 29 de julho para apresentar os projetos que serão beneficiados pelas penas de prestação pecuniária da 1ª Vara do Sistema dos Juizados Especiais de Lauro de Freitas. Para se cadastrar, a instituição deve enviar o requerimento de inscrição e os documentos solicitados no edital nº 1/2016, publicado no Diário da Justiça Eletrônico no último dia 19 de maio, para o e-mail institucional.lfreitas-1vsj@tjba.jus.br.

Juizado defende o idoso

Em comemoração ao Dia Mundial da Conscientização da Violência contra a pessoa idosa, celebrado no último dia 15, a juíza Fabiana Pellegrino ministrou uma palestra durante uma audiência pública na Assembleia Legislativa, com o tema Hipervulnerabilidade do idoso no mercado de consumo. Ela é uma das idealizadoras do Juizado de Apoio aos Superendividados, em que o funcionamento acontece diariamente, de segunda a sexta-feira, das 10 às 19 horas, e aos sábados, quando exclusivamente são realizadas oficinas interdisciplinares, das 8 às 12 horas. Os interessados podem agendar a participação no portal do Tribunal de Justiça, no link Central de Agendamento.



Alegria no Arraiá do Tribunal

Os trabalhadores judiciários foram convocados a comparecer na ‘pracinha do tribunal’ para visitarem as barracas de 13 a 17 deste mês. Além de produtos de utilidade do lar e moda, foram oferecidas iguarias típicas das festas juninas, feitas à base de produtos agrícolas mais conhecidos e nutritivos, como milho, amendoim, batata-doce, entre outros. Para aumentar o clima de confraternização, os expositores doaram dois quilos de alimentos não perecíveis para uma instituição de caridade. Facilitando a participação de todos os interessados, o arraiá funcionou até no horário de almoço.



PROJETO PAI PRESENTE

Construindo laços, fortalecendo famílias

A presença de um pai
faz toda a diferença.

Por isso, participe do
Projeto Pai Presente.

É fácil, gratuito e você
contribui para um futuro
melhor para seu filho.

Para mais informações,
procure qualquer unidade
do CEJUSC ou cartório
de Registro Civil,
envie um e-mail para
paipresente@tjba.jus.br
ou ligue 0800 284 2252.

NUPEMEC
NÚCLEO PERMANENTE DE MÉTODOS CONSENSUAIS
DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS

AEP II
ASSESSORIA ESPECIAL DA PRESIDÊNCIA
- INSTITUCIONAL -



SERVIÇO SEMPRE

USE BEM SEU PODER

Como fazer uma consulta processual pela internet

Logo ao acessar www.tjba.jus.br, o cidadão vê na barra superior (topo da página), bem ao lado do emblema do Tribunal, e embaixo do nome TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, o link **CONSULTA PROCESSUAL**. Basta clicar que vai abrir um menu. Precisa prestar atenção e fazer o passo a passo com calma.

Você tem várias opções a escolher ou experimentar. Se você tiver a numeração única do CNJ, basta escolher a instância onde está o processo (se 1º ou 2º grau), e escrever os números nas áreas em azul abaixo da expressão '**Numeração Única do CNJ**'. Se não tiver o número tente, no lado direito da tela, clicar em **e-SAJ** ou **PJe**. Você precisa ter em mãos ou o nome da parte ou o número do processo para avançar.

Se você optou pelo **Processo Judicial Eletrônico (PJe)**, a tela é esta aí do lado. Você precisa preencher a primeira linha, com o número do processo; se quiser acessar pelo nome da parte tem uma vantagem e uma desvantagem. A vantagem é que o processo vai abrir se você escrever o nome direitinho. A desvantagem é que se a pessoa já responde a outros processos, virão juntos também, e aí é preciso saber, antes, qual a acusação para tentar abrir o processo certo.

Se você optou pelo **e-SAJ**, veja a tela ao lado. Preste bem atenção na expressão 'Dados para Pesquisa', que está escrita com destaque, em bold, abaixo das orientações. Também vai pedir o número do processo. Se você já souber o fórum, também é de boa informar, pois o resultado sai mais rápido.





EXEMPLO: 2ª Vara de Família de Feira de Santana arruma a casa e parte para avaliar os processos

VIBRAÇÃO POSITIVA

Boas Práticas: Organização e agilidade na baixa processual, despachos e sentenças

A meta é organizar, promover a baixa processual, agilizar audiências, despachos e sentenças, tendo a cooperação como pilar desse processo.

O Projeto Boas Práticas da Diretoria de 1º Grau (DPG) já incorporou esse ritmo e promove ações que contribuam para a organização e encaminhamento de processos nos cartórios judiciais.

A DPG incentiva os magistrados que tenham desenvolvido algum método diferente, para organização e saneamento na unidade onde atuam, a procurarem a diretoria. A intenção é que a ação seja avaliada para possível disseminação como uma Boa Prática.

A ideia da juíza Márcia Gottschald Ferreira, da 56ª Vara de Substituições de Salvador, por exemplo, já está sendo proliferada para as unidades judiciais, desde o início do mês de março. Consiste em unir o Programa Integrar, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), com as ações de saneamento.

O primeiro passo é a triagem de todo o material do cartório. “Tiramos todos os processos das caixas

para podermos fazer um balanço da unidade”, conta a magistrada. Em seguida as estantes são arrumadas por fase processual, e os magistrados envolvidos proferem decisões e despachos, com foco na baixa processual.

Em paralelo, é feita uma lista da localização dos processos, o que facilita a identificação. Os servidores são orientados a trabalhar com divisão de tarefas, junto com os magistrados. “O desafio é fazer o Integrar, que é organização e conscientização das pessoas, implantando novas práticas e rotinas de trabalho, aliada ao saneamento”, destaca a juíza.

A proposta da juíza Márcia Gottschald Ferreira prevê a organização e o saneamento da unidade em uma semana. Com expediente suspenso, com exceção de casos urgentes e audiências já designadas, ela conta com servidores, colegas da magistratura, estagiários e voluntários da unidade e uma equipe de reforço para fazer a reorganização.

O resultado tem sido unidades judiciais mais arrumadas, um número menor de processos no sistema, servidores motivados e melhor sistematização para a digitalização dos autos.

DIRETORIA DO 1º GRAU

A ação, como base para a virtualização de processos pelo Programa TJBA Virtual, foi aplicada pela magistrada primeiramente em Feira de Santana, na 1ª e na 2ª varas de Família e na Vara da Infância e Juventude. O juiz Isaías Vinícius implementou na 3ª Vara de Família.

Em junho, a juíza Márcia atua na 2ª, 3ª e 4ª varas Cíveis de Feira de Santana e o juiz Manuel Carneiro Bahia na 1ª Cível. A Boa Prática também já foi implementada pela Corregedoria das Comarcas do Interior nas comarcas de Mata de São João e Dias D’Ávila. O projeto tem sido aproveitado pela Presidência e pelas corregedorias do TJBA.

PRÁTICAS CARTORÁRIAS

Seguindo a linha de organizar e padronizar para melhor prática jurisdicional, a DPG regulamenta a forma de atuação das secretarias das varas de 1º Grau, de acordo com o que estabelece o novo Código de Processo Civil (CPC). Para isso, desenvolve - com a colaboração da Assessoria Especial da Presidência II e das corregedorias Geral e das Comarcas do Interior – um Manual de Práticas e Rotinas Cartorárias Cíveis do Primeiro Grau de Jurisdição.

O manual traz, além de tabelas de prazos, procedimentos processuais e minutas de atos ordinatórios. Um capítulo com a disposição de cada fase processual e seus respectivos atos, que devem ser praticados pelo escrivão, diretor de secretaria ou servidor, é uma das inovações da publicação.

Respeitando o perfil colaborativo da atual gestão, a DPG disponibilizou por um mês o conteúdo do manual no site do TJBA, para críticas e sugestões. A participação de magistrados, servidores e toda comunidade jurídica para a formatação do conteúdo final encerrou no dia 22 de junho.

Com as propostas recebidas, uma comissão mista, formada por juízes e servidores, com membros indicados pelas Corregedorias e Presidência, avaliará o material para validação e formatação final do manual.

“Primamos por uma gestão colaborativa e nossa intenção é possibilitar a participação de todos. O material reforça a política de priorização do 1º Grau, com foco na melhoria da prática da prestação jurisdicional, conforme orientação da Presidência”, ressalta o diretor de 1º Grau, Cícero Moura.



SANEAMENTO: baixa processual e redução do acervo como metas a serem cumpridas nas varas

As unidades de 1º Grau ganham também com os reforços dos juízes substitutos de 2º Grau. São 15 magistrados atuando em 29 unidades de nove comarcas do interior, de 1º de abril a 30 de junho (Decreto nº 231/2016). No dia 15 de junho, a presidente Maria do Socorro Barreto Santiago publicou novas designações, para 19 juízes atuarem em unidades de 12 comarcas, de 1º a 31 de julho (Decreto nº 438/2016).

A ação que tem a frente a Diretoria de 1º Grau, com apoio da Assessoria Especial da Presidência para Magistrados (AEP I), tem foco na melhor prestação jurisdicional. Os juízes devem trabalhar virtualmente com os processos eletrônicos e, presencialmente, nas unidades do interior. Uma sala foi montada no TJBA para os trabalhos virtuais.

As comarcas contempladas pelos decretos foram Alagoinhas, Barreiras, Feira de Santana, Itabuna, Jequié, Lauro de Freitas, Porto Seguro, Teixeira de Freitas, Vitória da Conquista, Camaçari, Itacaré e Santa Cruz de Cabralia.

Veja abaixo alguns dos resultados obtidos.

BARREIRAS

Quase 400 processos foram movimentados em abril na 2ª Vara Criminal e na Vara da Infância e Juventude, ambas em Barreiras, pela magistrada Eduarda de Lima Vidal. Os primeiros números do trabalho desenvolvido na comarca do oeste registram 236 decisões, 152 despachos, sete audiências e 40 informações prestadas em habeas corpus à Câmara do Oeste, totalizando 395 processos movimentados no período.

ITABUNA

A 1ª e a 2ª varas de Família de Itabuna, no Sul do Estado, ganharam reforço do juiz Alberto Raimundo Gomes dos Santos, ex-presidente do Instituto Brasileiro de Direito de Família. Nos primeiros 30 dias de trabalho, o magistrado produziu 129 despachos, 78 decisões e 126 sentenças e presidiu quatro audiências.

Nas duas primeiras semanas de abril, 215 processos das varas do Júri e da Infância e Juventude de Itabuna, no Sul do estado, foram movimentados, com

Audiências e sentenças ganham reforço



GRUPO ESPECIAL DE TRABALHO: juízes, em pé, Hosser Araújo e Aldenilson Barbosa dos Santos

despachos, decisões e sentenças. Houve também a realização de nove audiências e de uma sessão de julgamento do júri. Os números refletem o início dos trabalhos desenvolvidos pelo juiz substituto de Segundo Grau, Humberto Nogueira, designado para atuar provisoriamente nas unidades.

FEIRA DE SANTANA

No mês de abril e na primeira quinzena de maio, juíza Marivalda Almeida Moutinho atuou na 2ª Vara Criminal e na Vara do Júri da Comarca de Feira de Santana. Na segunda quinzena de maio até o prazo final de validade do decreto, ela trabalha na Vara Crime, da comarca de Porto Seguro, e na Vara da Infância, da comarca de Camaçari. Nos 45 dias de atuação em Feira de Santana, a juíza Marivalda proferiu 127 decisões, 159 despachos, 12 sentenças e encaminhou seis expedientes diversos, na 2ª Vara Criminal, entre processos físicos e digitais. Na Vara do Júri, foram 76 decisões, 105 despachos e 13 sentenças.

De 1º de abril a 18 de maio, a juíza substituta de 2º Grau, Janete Fadul de Oliveira, contribuiu com a movimentação de 414 processos na 1ª Vara de Tóxico, Acidente de Veículo e Delitos de Imprensa, na comarca de Feira de Santana. Do total de processos movimentados, 243 foram despachos, 110 decisões e 61 julgamentos de mérito e de extinção de punibilidade.

O juiz substituto de 2º grau, Manuel Carneiro Bahia de Araújo, atua na 1ª e 4ª Vara Cíveis, da comarca de Feira de Santana. No mês de abril, na 1ª Vara Cível, o magistrado realizou 23 audiências, 62 despachos de mero expediente, 28 sentenças homologatórias de acordo, 18 sentenças sem julgamento do mérito e 12 sentenças com julgamento do mérito. Já na 4ª Vara Cível, foram 32 audiências realizadas, 68 despachos de mero expediente, 31 sentenças homologatórias de acordo, 23 sem julgamento do mérito e 15 com julgamento do mérito.

PORTO SEGURO

A Vara da Infância e Juventude e a 1ª Vara da Fazenda Pública de Porto Seguro, no extremo sul da Bahia, fortaleceu os resultados dos trabalhos com a presença do juiz Aldenilson Barbosa dos Santos. O magistrado tem viajado para fazer audiências e proferir sentenças. Já realizou mais de 500 despachos, com audiências e sentenças a fim de dar celeridade ao trabalho desenvolvido em Porto Seguro. Na 1ª. Vara da Fazenda Pública, já foram despachados mais de 2 mil processos, com sentenças de execução em que a prefeitura cobra o pagamento do imposto IPTU.

VITÓRIA DA CONQUISTA

O juiz substituto de 2º grau Jorge Barreto, designado para a 4ª e na 5ª varas cíveis da comarca de Vitória da Conquista, no Sudoeste do Estado, reuniu-se, logo no primeiro dia, com os servidores para fazer um diagnóstico e um cronograma para os três meses de atividades. Em seguida, publicou uma portaria com as decisões e enviou para conhecimento de todos os advogados da região. O magistrado determinou que na semana em que atuasse presencialmente nas unidades, além das audiências já designadas, agendaria mais 30 audiências por dia.

A inscrição na pauta para tentativa de conciliação aconteceria mediante o comprometimento de um dos interessados no processo a trazer para a audiência ambas as partes e advogados, com perspectiva conciliatória. Nos dois primeiros meses de atuação houve 39 decisões interlocutórias; 41 sentenças extintas; 47 sentenças de mérito; e 51 sentenças homologatórias de acordos.

ALAGOINHAS

A 2ª e a 3ª varas cíveis da Comarca de Alagoinhas, a 108 quilômetros de Salvador, ganhou a atuação da juíza Maria do Rosário Passos da Silva Calixto. Ela estabeleceu novas rotinas de trabalho, com ajustes cartorários implementados à adequação das novidades trazidas pelo novo Código de Processo Civil. Até o início do mês de junho, foram 1.471 despachos, 286 decisões e 320 sentenças. Do conjunto de 320 sentenças, 139 foram com resolução de mérito e 181 sem, totalizando 2.077 atos processuais nas 2ª. e 3ª. Varas. 📄



PLANEJAR É PRECISO

Primeira turma de gestores participa de Oficina de Metodologia de Gerenciamento de Projetos

Para alcançar os objetivos traçados, é necessário, antes de mais nada, planejamento. Não é difícil: são formas de se chegar aonde quer, estudar as várias maneiras de se atingir metas, traçar caminhos que serão percorridos e deixar opções para possíveis eventualidades.

Desta forma, o Tribunal de Justiça da Bahia está formando, por meio da Universidade Corporativa (Unicorp), um grupo de Gestores de Projetos. Nesta primeira turma, 25 gestores participaram de uma oficina de Metodologia de Gerenciamento de Projeto, no período de 13 a 17 de junho.

O curso faz parte da ideia de implantação do Escritório de Projetos e Processos Estratégicos no Tribunal de Justiça da Bahia, fundamental para o sucesso dos planos traçados para o biênio 2016-2018, além de potencializar as funções dos servidores do tribunal.

O instrutor da primeira turma é Carlos Loureiro, coordenador da tecnologia Metodologia de Gerenciamento de Projetos da Superintendência da Gestão e Inovação da Secretaria de Administração do Estado da Bahia (Saeb), parceira do projeto desenvolvido com o tribunal.

Para ter um melhor aproveitamento das aulas, a segunda etapa da oficina consistiu no treinamento da ferramenta de planejamento e controle de projetos, que ocorreram em dois turnos de atividades, no dia 20 deste mês, e foram distribuídas no período de 8 à 18 horas.

Para que os gestores criassem um conhecimento mais profundo do tema e fossem capacitados com esmero, além de possuir uma base teórica com entendimento no assunto, em maio a Unicorp, em parceria com a Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia (Sefaz-BA), promoveu o curso Introdução a Gerência de Projetos.

O curso teve uma aceitação deleitável para os integrantes já que, através de uma pesquisa informal com os participantes, a UNICORP identificou que a oficina teve uma ótima aceitação, no qual até o momento da pesquisa tinha alcançado 83,05% de certificação.

A rotina dos aprendizes não passou por grandes alterações por conta do curso, já que as aulas foram ministradas na modalidade EaD. Além de transmitir conhecimento as oficinas objetivaram centralizar e coordenar o gerenciamento de projetos sobre o domínio do tribunal, sem mencionar a visão ampla e estratégica que os gestores adquiriram.

Em uma reunião, em fevereiro deste ano, para estudar o Planejamento Estratégico do 2015-2020 do TJBA o servidor Pedro Vivas, responsável pela apresentação, falou sobre a importância dessa política baseada em planos. “Estamos falando de uma ferramenta de gestão que mostra o norte, o caminho pelo qual a gestão deve trilhar”, disse.

“É uma iniciativa importante para que o nosso tribunal alcance seus objetivos estratégicos”, afirmou a juíza Marielza Brandão, assessora especial da Presidência para Assuntos Institucionais.



Veja quem é quem entre os novos gestores clicados por Nei Pinto para a capa desta edição:

1ª Fila - Pedro Vivas, Anderson Marques, Eliude Rosa, Sérgio Lopes, Fábio Oliveira, Hani Machado.

2ª Fila - Mariana Oitaven, Adriana Campos, Carlos Loureiro (Professor), Carmem Bomfim, Garrete Reis, Fabiano Raminho.

3ª Fila - João Agripino, João Pinheiro, José Parente, Fernanda Martinez, Marcela Nunes, Dalila Batista.

4ª Fila - Adson de Andrade, Carina dos Santos (Prodesora), Anderson Prazeres, Osvaldo Araújo, Emmanuel Cordeiro, Poliana Barros, Flávia Miguez, Ana Clara. 📸



PÁGINA ABERTA

O lançamento da Revista Eletrônica 'TJBA em Ação' demonstra o compromisso e empenho da Presidência em exercer uma administração transparente, eficiente e acessível a todos. Parabéns, Desembargadora Maria do Socorro Santiago, pela iniciativa inovadora e à Ascom pelo design editorial criativo e moderno, visivelmente organizado e atraente!

Naira Tourinho
Secretária das Turmas Recursais

A nossa Revista Eletrônica TJBA em Ação ficou interessante com a abordagem da política humana da nossa Presidente. A linha editorial e do diagrama da revista mostra isso de forma cabal

Como sugestão para as próximas edições sugiro:
a) no tema administrativo: A importância do Planejamento Estratégico do TJBA que está sendo elaborado (o que é?, como se faz? quem faz? para que serve?); o planejamento de obras e serviços de engenharia (diante da restrição orçamentária o que está em curso e quais são os novos projetos)
b) no tema jurídico: Quais foram as principais decisões do Tribunal Pleno nos últimos 15 anos que tiveram repercussão geral no dia-a-dia do cidadão baiano?

Mauricio de Oliveira e Silva
Coordenador Coordenação de Auditoria

TJBA EM AÇÃO: Mauricio, ficamos gratos pelas sugestões e nosso Conselho Editorial já aprovou a pauta do planejamento estratégico, reportagem de capa da nossa edição de hoje

A Revista Eletrônica do TJBA tem levado à comunidade jurídica informações, ensinamentos, lazer e, cada vez mais, aproxima os Magistrados e servidores deste Sodalício.

Nesse sentido, tem-se que a coluna assinada pela nossa elegante e amada Adriana Barreto demonstra o quão é indispensável essa dedicação, carinho e responsabilidade, cujo êxito é garantido.

José Janilson de Gois Barreto
Assessor de Desembargador

Prezados, boa tarde!

Acabo de ler a Revista TJBA em Ação e venho parabenizar toda a equipe pelo trabalho apresentado!!

Ficou excelente, parabéns!

Cordialmente,

Poliana M^a R. Barros
Tribunal de Justiça do Estado da Bahia
Diretoria de Primeiro Grau

Os temas abordados pelo Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, por meio eletrônico, despontam como importante ferramenta de informação e proximidade das Comarcas do Interior com a Capital do Estado. Ao lançar as metas de trabalho para o TJBA, a Presidência da maior Corte Estadual destaca o debate a relação cotidiana com os servidores e demais setores da sociedade. Na publicação do número 1 da revista eletrônica com a manchete: "100 dias: Trabalho, diálogo e cidadania", percebe-se, com clareza, os novos rumos (acertados) do nosso Tribunal de Justiça. A leitura do tema "Inovação e Saber" traz a capacitação de magistrado e servidores com foco no biênio 2016/2018, de forma planejada para as mudanças constantes da lei Federal 13.105, de 16/03/2015, que trouxe ao nosso ordenamento jurídico a vigência do novo Código de Processo Civil. Outro ponto destacado na publicação se refere a "Guerra ao Desperdício". É fato que uma simples lâmpada acessa desnecessariamente ou uma torneira aberta sem o devido controle sinalizam despesas que facilmente podem e devem ser contidas. Por fim, o tema "Reforços de Séria A" revela a visão moderna do Tribunal de Justiça.

Bel. Franklin Ribeiro da Silva
Escrivão da 2^a Vara Cível
Guanambi - Bahia



Nossa revista chega ao segundo número e precisa de seu apoio e participação para crescer

Venha fazer a revista com a gente!

Publique sua mensagem na Revista TJBA em Ação! É fácil! Basta mandar sua mensagem de até 10 linhas em fonte 12, programa word, para o endereço eletrônico **ascom@tjba.jus.br**. Vale enviar sua sugestão de pauta, elogio, crítica, menção honrosa, sugestão de aprimoramento. Escreva em texto corrido ou até em poesia se quiser.

As mensagens passam por um moderador, mas a predisposição é para publicar sem cortes desde que não tenha necessidade. Participe, esperamos sua contribuição para fortalecermos a revista que é de todos nós do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.



Revista Eletrônica

TJBA

em Ação



TJ SOCIAL

por Adriana Barreto

SURPRESA!

Darilda Maier não tinha programado nada para o aniversário dela, mas, querida que é, acabou ganhando uma festa surpresa de suas amigas na residência da desembargadora Lourdes Medauar, lindamente decorada com flores e balões coloridos. A mesa de crepes com molhos portugueses e a cantoria das ruas de Alfama, na belíssima voz da desembargadora Gardênia Duarte, tomou a todos de grande emoção. As colegas Márcia Mascarenhas e Socorro Habib homenagearam Darilda cantando um fado de Amália Rodrigues. Muitas amigas fizeram questão de dar um beijo na aniversariante, e o get together acabou rolando até quase meia noite! Confira quem circulou por lá!



Juizas Márcia Mascarenhas, Darilda Maier e Socorro Habib e Des. Lourdes Medauar



Desembargadora Gardênia Duarte



Desas Pilar Claro e Lisbete Cézar Santos, e juíza Carlota dos Humildes



Juíza Rosana Fragoso, Des. Maria José Sales e juíza Jaqueline Campos



Presidente, Des. Maria do Socorro Barreto Santiago, junto a Nossa Senhora, Santo Antônio e o cantor Carlinhos Brown

TREZENA

Dona Madá, mãe de Carlinhos Brown, há 24 anos homenageia Santo Antonio no seu dia, 13 de junho. O motivo? Pedir a proteção do santo mais famoso do mundo para todos os amigos e, em especial, para Brown. Para quem não sabe, o nome de Carlinhos Brown é Antônio Carlos de Freitas. A Presidente do Tribunal de Justiça da Bahia, desembargadora Maria do Socorro Barreto Santiago, amiga de longas datas da família, marcou presença no Candeal Gueto Square e recebeu um abraço afetuoso. Ano que vem tem mais, com as bênçãos de Santo Antonio!



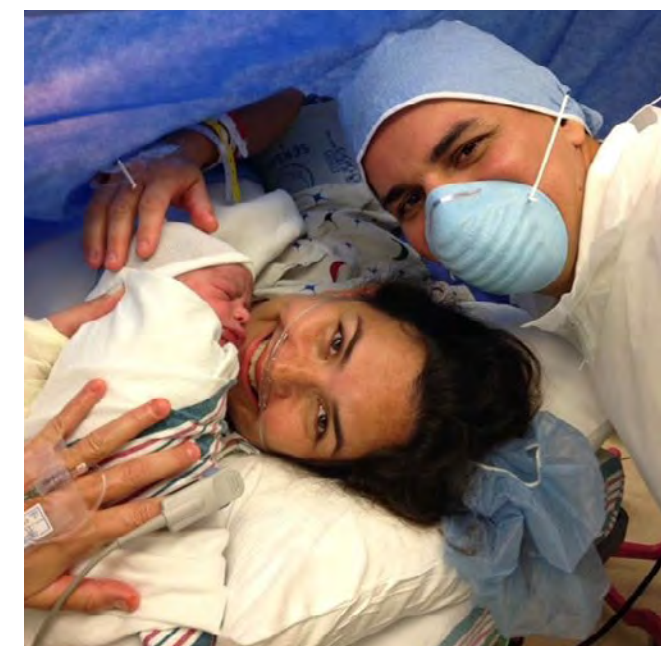
Deborah Secco e Hugo Moura, ao lado de Lyncurgo e Márcia Sant'Anna, batizam Maria Flor

MARIA FLOR

A global Deborah Secco e Hugo Moura fizeram, na manhã do sábado, dia 4, na Capela Santo Cristo dos Milagres, no Alto da Boa Vista, no Rio de Janeiro, o batizado de Maria Flor, primeira filha do casal. O pai da pequena é filho da servidora Márcia Moura Sant'Anna, hoje casada com o também servidor Lyncurgo Sant'Anna, um dos mais antigos assessores de Desembargador do Tribunal de Justiça da Bahia, escolhido padrinho de consagração da mini celebridade. Após a cerimônia, houve um almoço de comemoração dupla para a família e poucos amigos, já que a data coincidiu com o "mêsversário" de seis meses da pequena. Fofura em grau máximo!

BABY BOY

Viva! Nasceu, numa quarta-feira (8 de junho), João Lucas, filho da Juíza de Direito Andrea Tourinho Cerqueira e do advogado Mário Filho. Ele veio ao mundo no Palmeto General Hospital, na Flórida. O casal, claro, está muito feliz com a chegada do pequeno american baby, que fará companhia a Mário Neto, primeiro filho do casal. Boas-vindas, João!



Juíza Andrea Tourinho Cerqueira e o advogado Mário Filho, com João, o pequeno american baby do casal

APRENDIZADO

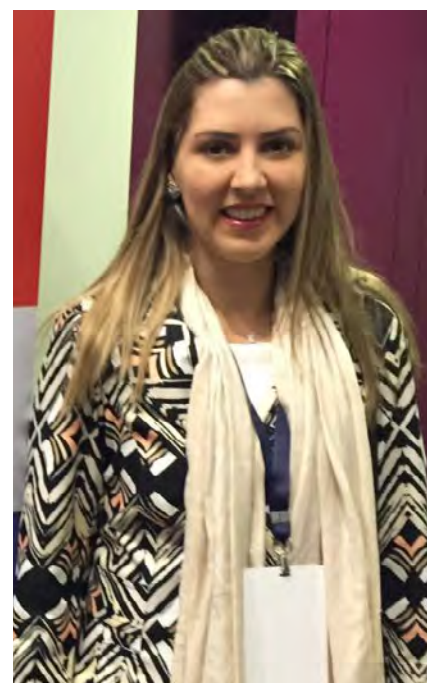
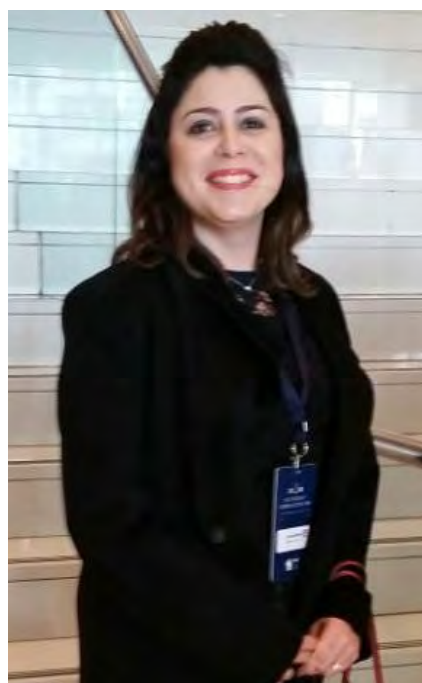
O II Congresso Internacional da Associação dos Magistrados Brasileiros, aconteceu na Inglaterra e Escócia, entre 23 de maio a 2 de junho. Um grupo de magistrados baianos, tendo à frente Freddy Pitta Lima, Presidente da Associação dos Magistrados da Bahia, fez as malas rumo ao Reino Unido, a fim de viver essa experiência única, visando à compreensão do funcionamento das instituições e o modo de enfrentamento das questões que mais impactam o Poder Judiciário de qualquer país. Confira os cliques!



Juízas Marcia Melgaço, Nartir Weber e Michelline Bittencourt



Juiz Freddy Pitta Lima e Ministro Ricardo Lewandowski



Juízas Laura Scaldaferri, Elke Schuster Gordilho e Eduarda Vidal

Serviços
Boletins Dicas Entrevista
Agenda Curiosidades



soundcloud.com/tjbahia



CLICK!



Presidente Maria do Socorro Barreto Santiago, entre as novas desembargadoras, no dia da posse de Soraya Moradillo, à esquerda, e Aracy Lima Borges, à direita



Desa. Nágila Maria Sales Brito e o novo desembargador Abelardo Paulo da Matta



Desa. Joalice Maria Guimaraes de Jesus e a nova desa. Maria de Fátima Silva Carvalho



UNICORP

UNIVERSIDADE CORPORATIVA TJBA

CONHECIMENTO
A SERVIÇO DA JUSTIÇA

www.tjba.jus.br/unicorp

